

ESTRATÉGIAS DE PESQUISA NO ESTUDO DA COGNIÇÃO: O CASO DAS FALSAS LEMBRANÇAS*

STRATEGIES OF RESEARCH IN THE STUDY OF COGNITION: THE CASE OF FALSE MEMORIES

**André do Eirado Silva, Eduardo Henrique Passos, Carlos Vinícius de Assumpção Fernandes,
Fernanda Rodrigues da Guia, Fernanda Ratto de Lima, Julia Florêncio Carvalho e
Letícia Maria Renault de Barros**
Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil

Christian Sade Vasconcelos
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Este artigo pretende apresentar e discutir duas estratégias de pesquisa no âmbito dos estudos da cognição, relacionando-as ao tema da experiência cognitiva. No que se refere à primeira estratégia, denominada Representacional, procuraremos analisar, do ponto de vista epistemológico, como duas tradições diferentes da psicologia, o behaviorismo e o cognitivismo, por se apoiarem ambas nessa estratégia, não incluíram até muito recentemente em seus estudos a dimensão de experiência dos processos cognitivos. A segunda estratégia, designada Enativa, se diferencia da primeira pelo entendimento de que a cognição é um ato de criação de si e de mundo, ou seja, uma emergência coetânea de um mundo próprio e do sujeito que o experimenta. Por fim, objetivamos demonstrar nossa análise através do estudo de caso do fenômeno das falsas lembranças.

Palavras-chave: cognição; experiência; representação; enação; falsas lembranças.

ABSTRACT

This article intends to present and to discuss two research strategies in the ambit of the studies of the cognition, relating them to the subject of the cognitive experience. As for the first strategy, denominated Representational, we will try to analyze, from the epistemological point of view, as two different traditions in Psychology, the behaviorism and the cognitivism, by standing both in this strategy, they didn't include until very recently in their studies the dimension of the cognitive processes experience. The second strategy, designated Enactive, differs from the first by the understanding that the cognition is a creation act of itself and of world, in other words, a simultaneous emergency of an own world and of the subject who experiments it. Finally, we objectify to demonstrate our analysis through the case study of the phenomenon of false memories.

Keywords: cognition; experience; representation; enaction; false memories.

Introdução

Muitas pesquisas em memória, levadas à frente pela psicologia cognitiva, encontram-se relacionadas, implícita ou explicitamente, a uma questão importante: a da experiência (Baddeley, 1998; Best, 1995; Loftus & Hoffman, 1989; Vermersch, 1994). A palavra experiência pode assumir um espectro grande de sentidos, mas existem dois que nos interessam mais particularmente. O primeiro diz respeito à noção usual de "experiência de vida", que inclui os processos motivacionais, as emoções, tanto quanto a dimensão experiencial dos processos cognitivos

que advêm da reflexão sobre as vivências do sujeito. O segundo envolve o sentido pré-refletido e ontológico de experiência como coemergência de si e do mundo. Esses dois sentidos de experiência não são excludentes, mas complementares, pois as experiências de vida são inseparáveis da experiência como coemergência de si e de mundo. É importante notar que a pesquisa sobre as representações vividas, sua estrutura e funcionalidade é tão importante quanto a pesquisa sobre a gênese ou dinâmica de realização dessa mesma experiência e que investiga o surgimento de sujeito e mundo na experiência tomada em sua dimensão pré-refletida.

Considerar a experiência nessa dupla perspectiva permite-nos distinguir duas estratégias complementares de estudo dos fenômenos cognitivos: estratégia representacional e estratégia enativa. Vários autores têm se dedicado contemporaneamente à investigação da experiência no campo dos estudos da cognição, evidenciando a complexidade do tema. Os dois sentidos da experiência são apresentados na literatura, porém o reconhecimento da dimensão não representacional da experiência cognitiva está na base da estratégia enativa, segundo a qual sujeito e mundo coemergem na experiência, não sendo, portanto, realidades previamente dadas. Autores das ciências cognitivas (Depraz, 1999; Depraz, Varela, & Vermersch, 2003, 2006; Despret, 2004; Thompson, Lutz, & Cosmelli, 2005; Varela, 1988, 1991, 1992, 1995, 1996; Varela, Thompson, & Rosch, 2003), da psicopatologia antropológica-fenomenológica (Bovet & Parnas, 1993; Chung, Fulford, & Graham, 2006; Kraus, 1994, 2003; Leal, Serpa, & Muñoz, 2007; Parnas, 2003; Parnas & Bovet, 1991; Parnas, Bovet & Zahavi, 2002; Sass & Parnas, 2003, 2006; Serpa, 2007) e da metodologia em primeira pessoa (Petitmengin, 1999, 2006; Vermersch, 1994) apontam para um além da dimensão vivida da experiência, ou seja, para sua dimensão pré-refletida e ontológica.

Buscaremos demonstrar com essa distinção que a estratégia representacional parte da concepção de um mundo predeterminado, a priori à atividade cognitiva (Eirado & Passos, 2004; Kastrup, 1999; Kastrup, Tedesco, & Passos, 2008). Por sua vez, a estratégia enativa parte da concepção da coemergência entre sujeito e mundo (Varela, 1988; Varela, Thompson, & Rosch, 2003). Afirmamos que o problema da experiência subjetiva em toda sua amplitude foi evitado pela estratégia representacional e reapareceu através da estratégia enativa, em sua dimensão de transformação ou de performatividade, a cognição não estando, assim, submetida a fundamentos a priori. Nossa posição, neste texto, se apoiará na análise de uma situação específica dos estudos da cognição: as pesquisas em memória, particularmente os estudos feitos por Elizabeth Loftus (1997; Loftus & Hoffman, 1989) sobre o fenômeno das falsas lembranças. Desse modo, ao explicar fenômenos como os de lembranças nas quais o dado não possui um estímulo equivalente no mundo representado, a estratégia representacional acaba por julgar como verdadeira ou falsa a experiência mnêmica, assumindo uma posição judicativa que afasta, nessa perspectiva, o conhecimento da experiência. Já na estratégia enativa, ao tomar a experiência do lembrar como performativa do par sujeito-mundo, o valor da experiência é garantido como intrínseco ao conhecimento, não cabendo, portanto, julgar a experiência mnêmica como verdadeira ou falsa.

O debate em torno do fenômeno mnêmico avaliado como podendo ser verdadeiro ou falso alarga os estudos da cognição em direção aos estudos da psicologia social. Atribuir à memória valor de verdade, e não simplesmente avaliá-la quanto à sua acurácia, tem claras consequências sociais, como veremos ser o caso das práticas de juízo nos tribunais.

A estratégia representacional e a estratégia enativa

Historicamente, depois da revolução behaviorista, quando o comportamento se tornou objeto privilegiado da ciência psicológica, a relação entre estímulo e resposta encapsulou o problema da subjetividade, ao mesmo tempo em que se impôs uma política cognitiva (Kastrup, Tedesco, & Passos, 2008) indicativa do método científico que se tornou ideal de inteligibilidade desde o Renascimento. Nesse contexto, a psicologia definiu a explicação objetiva do comportamento a partir de controle e previsão. A estratégia representacional se caracteriza por focar os estudos psicológicos na produção e, sobretudo, reprodução do comportamento, considerando as performances comportamentais como base fenomênica do objeto de suas pesquisas, seja quando esse objeto se apresenta como binômio estímulo-resposta, seja quando é definido como processamento mental. Nesse contexto, qualquer referência a um conteúdo experiencial é inferido e testado a partir de um comportamento observado.

Podemos, então, destacar dois modos de lidar com o comportamento: o comportamentalismo e o cognitivismo. Segundo Catania (1999), o debate entre comportamentalistas e cognitivistas é um debate sobre os modos apropriados de se falar de eventos psicológicos:

O comportamentalista não questiona a existência de ideias, sentimentos e intuições, mas critica sua invocação como causa do comportamento. ... O cognitivista sustenta que essa visão é desnecessariamente estreita. Quando lidamos com o mundo, devem ocorrer processos que não são observáveis em nosso comportamento (Catania, 1999, p. 24).

Para o autor, essa disputa pode ter origem tanto nas diferentes maneiras de se falar sobre o comportamento quanto em diferenças nas descobertas de pesquisa, já que ambas as posições em debate estão interessadas em diferentes tipos de questões: os comportamentalistas se preocupam com questões funcionais, estudando as consequências de relações particulares entre os eventos ambientais específicos e as ações específicas. Essas relações podem ser expressas na linguagem comportamental de estímulos e respostas. Por outro lado, os cog-

nitivistas focaram-se nas questões estruturais, estudando as propriedades do comportamento e do ambiente. Para isso, o psicólogo cognitivista se preocupa não tanto com a análise das interações entre os estímulos e as respostas, através da programação de ambientes, quanto com a análise das diferentes propriedades dos estímulos ou entradas (inputs) sensoriais. Essas propriedades são expressas na linguagem cognitiva de conhecimento e mente. Temos, assim, duas maneiras de se estudar o comportamento: enquanto os comportamentalistas analisam as interações entre os estímulos e as respostas, os cognitivistas analisam as formas de organização e as propriedades das entradas sensoriais. Em ambas, as performances comportamentais foram a base fenomênica do objeto de suas pesquisas. Para o comportamentalista, o comportamento é tanto o dado quanto o objeto de suas pesquisas; já para o cognitivista, o comportamento é o dado que nos indica o efetivo objeto da psicologia, a saber, o processamento cognitivo. Neste caso, o dado é índice do objeto da psicologia (cognição).

A partir do privilégio conferido ao comportamento, definimos como estratégia representacional trabalhar com a avaliação do resultado das condutas, seja para produzir novos comportamentos ou reproduzir padrões comportamentais, seja para inferir as estruturas mentais subjacentes à conduta. Só o comportamento pode ser tratado como eficaz ou não, certo ou errado. Avaliar, sob esse aspecto, é sempre avaliação da acurácia do comportamento, seja quando esse comportamento se adapta a condições previamente dadas do ambiente, seja quando o comportamento exprime a criação de novas representações mentais que propõem respostas para problemas que surgem de condições dadas. A noção de acurácia, com que o conhecimento opera aqui, supõe sempre a existência de uma realidade predeterminada ou de representações que ressignificam ou podem mudar essa realidade. No caso do comportamentalismo, essa realidade é o ambiente modelador (reforço), que pressupõe uma resposta adaptada; no caso do cognitivismo, é um padrão de estímulos, que pressupõe um padrão de respostas já constituídas, no caso do comportamento meramente adaptativo, ou a criação de novas respostas para atender a problemas insurgentes. Sendo assim, no comportamentalismo avalia-se o comportamento a partir de uma perspectiva adaptacionista (o meio seleciona os comportamentos mais eficazes); já no caso do cognitivismo, avalia-se o comportamento a partir do processamento mental do padrão de estímulos seja para gerar respostas adaptadas, seja para criar novas representações mentais e conseqüentemente mudar o padrão de estímulos. A psicologia, ao se apoiar na estratégia representacional, formou uma concepção representacional da subjetividade: pensamos, sentimos, agimos para nos adequar a ou transformar um mundo

que supostamente subsiste independentemente do sujeito que o experimenta.

Varela (1988; Varela, Thompson & Rosch, 2003) já apontava para dois sentidos do termo representação: (1) um sentido fraco que diz respeito ao aspecto fenomênico da representação, isto é, a construção de um mapa, uma fotografia ou mesmo a elaboração de conceitos, por exemplo; (2) um sentido forte que se refere ao modelo de ciência no qual se considera a representação como fundamento do conhecimento e, portanto, da cognição. Neste segundo sentido, a representação surge na base da cognição como a possibilidade de recuperar internamente um mundo predeterminado que existiria "lá fora" (Varela, Thompson & Rosch, 2003, p. 158).

Aqui é importante fazer uma observação epistemológica: behaviorismo e cognitivismo pressupõem que o conhecimento seja representação da realidade (sentido forte de representação), apesar do comportamentalista não colocar o problema da representação na relação indivíduo-meio, como faz o cognitivista. A estratégia representacional, nesse caso, se evidencia quando a teoria determina o que deve ser observado. Os experimentos de aprendizagem latente (Catania, 1999, pp. 102-104) fornecem um bom exemplo. A observação de fenômenos de aprendizagem em que o reforçador observado não se mostra determinante gera um impasse, entretanto, não se abandonou a hipótese do reforçamento, ao contrário, buscou-se atribuir a causa do fenômeno a "reforçadores" não observáveis. Já do ponto de vista cognitivista, a questão da representação se colocou no cerne da formulação do problema da cognição.

Quando Neisser (1967) inaugura a psicologia cognitiva, o problema da cognição é equacionado considerando-se que o mundo no qual vivemos e agimos é um mundo reconstruído ou interpretado por nós. Assim, o autor afirmou que a cognição se refere a todos os "processos pelos quais a entrada sensorial é transformada, reduzida, elaborada, armazenada e usada" (Neisser, 1967, p. 4). A cognição opera, portanto, uma transdução pela qual, por exemplo, montinhos de tinta numa página tornam-se letras. Dessa forma, o estudo da psicologia buscou identificar a que propriedade estrutural do ambiente está relacionado o comportamento: nós reduzimos o mundo para agir nele. É nesse sentido que, para a psicologia cognitiva, seu objeto de estudo não pode ser o comportamento observável, como é para o comportamentalismo. Foi preciso colocar o problema da cognição.

Seguindo a direção dos estudos nascentes da cognição, seríamos tentados a reverter a fórmula "a mente representa o mundo" nesta outra fórmula: "o mundo reduzido representa as estruturas da mente", ou seja, ainda estaríamos tomando a experiência como sendo apenas representação, relação entre realidade

predeterminada de um sujeito que experimenta e de um mundo experimentado. Nesse caso, o que se mantém fora da investigação é o processo de gênese dessas estruturas mentais que caracterizariam o sujeito e desse mundo reduzido surgido para ele. O mundo surgido corresponde às experiências de vida do sujeito, pois é ele que tem sentido para este. Por outro lado, o domínio de experiência de onde advém sujeito e mundo, a experiência pré-refletida, não é considerado.

A psicologia cognitiva surgiu fortemente influenciada pelo paradigma computacional. Ela reteve desse a ideia de processamento de informação. O programa de computador, assim como as teorias da cognição, são descrições das vicissitudes da entrada (input) informacional – “Informação é o que é transformado, e o padrão estruturado de suas transformações é o que queremos entender” (Neisser, 1967, p. 8; cf. também Best, 1995). Para os psicólogos cognitivos iniciais e que privilegiavam principalmente a dimensão sintática da mente, a cognição é formada por esse padrão estruturado de processamento de informação; é ele que exerce a função interpretativa característica da cognição. Para essa psicologia cognitiva, a maior parte desse processamento de informação é de direito automático e não-consciente (Ashcraft, 1994). A exceção são os processos controlados, que não são completamente automáticos e envolvem atenção e consciência (Best, 1995).

No entanto, a questão da consciência nesses processos controlados não implicou o problema da experiência, se a entendemos sempre como experiência pré-refletida, base sobre a qual coemergem sujeito e mundo, ou seja, ligada ao vivido, à manifestação fenomenal, ao surgimento da subjetividade e do mundo próprio que lhe corresponde, como veremos adiante. Assim entendida, ela não é representacional. Por sua vez, como demonstra a metáfora do processador central (Best, 1995), os processos controlados são da ordem do processamento de informação e estão envolvidos na formulação e realização de metas a serviço da própria adaptação, fator fundamental no surgimento da consciência, segundo Baddeley (1998). Dessa forma, mesmo que se fale em consciência, quando essa é concebida no interior de uma estratégia representacional, implica uma predeterminação do objeto e a separação sujeito-objeto. A consciência, nessa perspectiva, tem a função de quadro de referência interpretativo do mundo e se identificaria à experiência subjetiva ou vivida.

A noção mesma de processamento de informação já está ligada a essa predeterminação do objeto. A experiência cognitiva enquanto processamento de informação é constituída por operações esquemáticas, ao modo de um algoritmo (Anderson, 2004; Best, 1995). Segundo Best (1995), a informação se dá de forma completa, acabada, convocando assim uma resposta imediata. A

função da informação é reduzir a incerteza em relação a eventos particulares futuros: um bit de informação é a quantidade necessária para reduzir exatamente pela metade o número de possíveis. Nesse caso, portanto, a cognição pré-existiria à sua experimentação, sendo o funcionamento cognitivo inferido pelo psicólogo. A cognição é uma questão de inferência.

A psicologia contemporânea aponta as limitações do cognitivismo e abre-se para a dimensão vivida da experiência na forma da emoção e motivação que ganham valor de regulação do funcionamento cognitivo (Yun Day & Sternberg, 2004). Nessa direção, acreditamos ser importante avançar na ampliação do conceito de cognição, fazendo incluir aí também a dimensão pré-refletida da experiência, na tentativa de investigar a gênese mesma da experiência vivida. A nosso ver, é a heterogeneidade e inseparabilidade dessas duas dimensões da experiência que traz a necessidade de promover no campo dos estudos da cognição duas estratégias de pesquisa diferentes, mas complementares: a estratégia representacional e a enativa.

A estratégia enativa se fundamenta nos estudos realizados por H. Maturana e, sobretudo, F. Varela, biólogos que se dedicaram a pesquisar os princípios básicos da atividade de conhecer.

Maturana e Varela (1995) criticam o modelo representacional dos estudos da cognição. O comportamento dos seres vivos não é orientado por situações predeterminadas, lidando, antes, com situações infinitamente variáveis, imprevisíveis e ambíguas, com uma riqueza de significados (Varela, 1988). Não é possível, portanto, localizar em um mundo dado a origem ou causa da ampla gama de experiências dos seres vivos, não se podendo afirmar que a experiência “representa” o mundo. Frente a esta variabilidade da experiência, Varela (1988) propôs o conceito de enação, que desenvolvemos a seguir.

A experiência do vivo como enação

O conceito de enação foi forjado por Francisco Varela na tentativa de construir uma abordagem que fizesse frente ao modelo de representação no seio da atividade cognitiva. A abordagem da enação afirma que “a cognição não é a representação de um mundo preconcebido por uma mente preconcebida, mas sim a enação de um mundo e uma mente com base numa história de ações diversas realizadas pelo ser no mundo” (Varela, Thompson & Rosch, 2003, p. 33). O conceito de enação deriva do inglês *to enact*, que significa literalmente “atuar”, “pôr em ato”, “efetuar” (Varela, 1988). Varela pretendia com ele preservar a identidade entre ação e ator, ou seja, a ação está inevitavelmente ligada a um sujeito, mas este não existe independentemente

dela (ser = fazer). Ao mesmo tempo, a enação afirma que o conhecimento não depende unicamente de qualidades intrínsecas do mundo que se conhece, pois este último é en-agido, nós fazemo-lo emergir (ser = fazer = conhecer). A enação põe em cena a gênese, o processo pelo qual sujeito e mundo se produzem mutuamente. Segundo Varela (1992; Varela, Thompson & Rosch, 2003), a atividade de um organismo não se determina pela informação supostamente captada por ele no ambiente, pois a atividade desse organismo condiciona aquilo que ele mesmo é capaz de perceber.

Um exemplo que ilustra essa afirmação é o experimento comentado por Varela (1992), no qual cegos munidos de uma câmara de vídeo adaptada recebiam padrões de estímulos elétricos na pele correspondentes às imagens formadas na câmara. Aqueles que ativamente dirigiam a câmara com seus movimentos tiveram, depois de algum tempo, a sensação de que os estímulos elétricos não estavam relacionados apenas a seus próprios corpos, mas correspondiam a "imagens", isto é, a sinais de objetos "externos": através da ação, construía-se a experiência distal. Os estímulos proximais são sentidos como objetos distais, estabelecendo o sentimento de uma exterioridade do objeto num espaço perceptivo onde ele pode ser localizado (Lenay, Gapenne, Hannequin, & Stewart, 1999). Trata-se, assim, da constituição de um equivalente da própria experiência visual.

Para Varela (1992), tal experimento indica o modo pelo qual a cognição se constitui por "ações perceptivamente guiadas". Tal como a "experiência visual" dos cegos no experimento, a experiência de mundo tem sua gênese na atividade do organismo que, ao agir, constitui aquilo mesmo que ele experimenta. Aquilo que é visto condiciona a ação do organismo tanto quanto a ação condiciona a percepção. Estabelece-se, assim, uma gênese circular da cognição.

Nessa perspectiva, a ideia de "informação" não pode ser mantida como causa da experiência, já que não há atributos dados no ambiente que independam daquele que percebe. As variações nas sensações estão ligadas às ações e vice-versa. Percepção e ação são inseparáveis no vivido da cognição, e não ligados eventualmente como pares entrada/saída. Cada um constitui o ponto de referência do outro – os movimentos do organismo são condicionados pelos seus vínculos sensoriais e, por sua vez, as perturbações que ele recebe são ensejadas pelos seus movimentos – formando uma circularidade infinita que impossibilita jogar uma âncora e dizer: aqui se origina a cognição. Esse fenômeno se deve ao que Maturana e Varela (1995) já haviam denominado "clausura operacional".

Dizer que um sistema é dotado de clausura operacional significa dizer que as mudanças pelas quais

ele passa são tributárias de sua própria organização. Ou seja, a maneira pela qual o sistema se organiza condiciona não só o modo pelo qual algo irá influenciá-lo e os rearranjos do sistema frente a essa influência, mas também define aquilo mesmo que é passível de influenciá-lo.

No experimento com os cegos, por exemplo, verificou-se uma clausura operacional entre os movimentos da câmara, as imagens e os padrões de estímulos elétricos. Os estímulos adquiriram valor porque se relacionaram internamente com os demais elementos da organização do sistema. Esse modo de organização se caracteriza pela autonomia, isto é, pelo fato de que as condições do sistema são especificadas pelo próprio sistema, por sua organização. Trata-se de um sistema de autorreferência, em contraposição a sistemas heterorreferidos (isto é, sistemas cujas condições são especificadas por algo que lhes é externo). Os seres vivos se caracterizam por serem sistemas autônomos, autopoieticos, enativos. Comentando o trabalho de Varela, Eirado e Passos (2004) afirmaram que a autonomia se opõe à exterioridade legislativa. A autonomia implica que não há instância legisladora externa: o ato de dar a lei e o ato de se conformar a ela formam um único e verdadeiro ato de criação de si mesmo.

A especificação de suas condições de existência implica a especificação simultânea dos próprios limites do sistema. Ou seja, a autoespecificação é, ao mesmo tempo, a especificação do que é "externo". Por isso, a noção de autonomia é inseparável da noção de coemergência: interno e externo se definem mutuamente, na instauração da organização autônoma. Por isso também é que a autonomia do sistema não é equivalente à independência ou isolamento desse sistema, ou à definição arbitrária de sua organização. Ao contrário, afirmar a autonomia é observar o surgimento concomitante do sistema e do que lhe é externo: a coemergência entre sujeito e mundo.

O conceito de enação indica a definição mútua de sujeito e mundo. Eis, então, o ponto que queremos destacar: a especificação autônoma dos próprios limites do organismo tornou problemática a avaliação da sua atividade cognitiva por alguma realidade pré-existente. Sob o ponto de vista da autonomia, a cognição não é mais uma questão de relação a um mundo prévio de que somos mais ou menos ignorantes, mas sim de invenção, coemergência. O problema cognitivo se redefiniu: "como abrimos passo em um mundo que não é fixo nem pré-dado"? (Varela, Thompson, & Rosch, 2003, p. 153). E, de fato, o sujeito cognitivo se arranja no seu ambiente, apesar de não estar fundamentado em representações de um mundo prévio, pois ele pragmaticamente faz emergir um mundo mediante a manipulação concreta (Varela, 1988; Varela, Thompson, & Rosch, 2003).

Varela (1988) quis afirmar que na base da cognição não está um agente cognitivo semelhante a um computador processador de informações, mas sim uma criança inocente que aprende a andar e falar:

Ficou claro que a forma de inteligência mais profunda e fundamental é a de um bebê, que adquire a linguagem a partir de emissões vocais diárias e dispersas e delinea objetos significativos a partir de um mundo não especificado previamente. (Varela, 1992, p. 321)

Esse modelo do bebê revitaliza a natureza concreta e corporificada da cognição, que se faz por um acoplamento encarnado, pelo sentir e agir, muito mais do que pela mediação de representações simbólicas. Trata-se, assim, de um acoplamento sempre singular, já que determinado pelas variações que surgem a cada instante nesta dinâmica auto-organizada.

Desse modo, a estratégia enativa propõe uma abordagem da cognição diferente daquela que privilegia as relações estímulo-resposta e/ou entrada-saída, como definidas na estratégia representacional, pois a atividade cognitiva não se reduz à resposta a propriedades estruturais do meio (cognitivismo) nem à resposta a reforçamento do ambiente (comportamentalismo). Ambas são dimensões pré-determinadas que (heteronomicamente) controlam a cognição. Sob o ponto de vista da autonomia, o estudo da atividade cognitiva não se define pela avaliação da sua adequação a um padrão de estímulos e nem pela avaliação de sua adequação a uma resposta adaptada. Esse estudo deve ter como critério a coemergência de sujeito e mundo no interior da atividade cognitiva ela mesma.

Para tanto, foi necessária a inclusão do problema da experiência, pois é a partir dela que coemergem sujeito e mundo. O caráter performativo da experiência a distingue de uma simples informação para um sujeito dado, pois a ação de experimentar se faz no círculo da clausura operacional sensorio-motora. A experiência não precede a ação de experimentar, sendo assim, atividades enativas diferentes podem corresponder a mudanças mais ou menos significativas na coemergência sujeito-mundo. Por isso, a dinâmica auto-organizada enseja uma perspectiva particular do mundo, isto é, uma perspectiva singular que também dá ensejo a pontos de vista representacionais (Passos & Eirado, 2009).

Tendo em vista que, em sua base, a cognição é concreta, singular e corporificada, Varela afirma não apenas uma ampliação teórica dos estudos da cognição, mas defende também uma ampliação metodológica e epistemológica, de forma a se incluir a questão da experiência. A corporeidade da cognição pressupõe uma dupla dimensão, como duas faces da mesma moeda: ela é ao mesmo tempo experiência e estrutura/organização (Varela, Thompson, & Rosch, 2003). As abordagens

experimentais da cognição visam apenas essa dimensão estrutural, deixando de lado a sua dimensão fenomenal. No entanto, como afirma Petitmengin: “a percepção, imaginação, memória etc. são não somente objeto de estudos científicos, mas também processos que nós vivemos, experimentamos” (2006, p. 85). A inclusão da experiência nos métodos de estudo da cognição visou essa dimensão concreta e singular. Varela (1996) formulou então o projeto da Neurofenomenologia, em que ele propôs uma “iluminação recíproca” ou constrangimentos mútuos entre duas dimensões da cognição: uma boa investigação da experiência orienta uma boa pesquisa cerebral e comportamental, e estas, por sua vez, nos põem boas questões para a investigação da experiência. Propomos uma ampliação da complementariedade entre os estudos da neurociência e da cognição enativa a fim de abarcar também os estudos da psicologia cognitiva nas suas estratégias representacional e enativa. O processo cognitivo que comparece nas pesquisas através dos dados objetivos comportamentais e cerebrais pode também ser estudado como experiência, através de uma abordagem sistemática e disciplinada, que Varela exemplificou com a fenomenologia (método da redução) e com o budismo (meditação/contemplação).

Incluir o tema da experiência implicou também uma reavaliação do estatuto epistemológico dos estudos da cognição. Estudar a experiência é diferente, porém sem excluir o estudo da performance comportamental, pois se põe em relevo o mundo próprio que emerge com um agente cognitivo, e não simplesmente a relação entre resposta e realidade preexistente. Dessa forma, o conhecimento na estratégia enativa não se resume a uma relação sujeito-objeto, na qual o objeto é representado pelo pesquisador. Inclui-se, portanto, a relação sujeito-sujeito em sua dimensão experiencial lá onde só se admitia a relação objetiva entre pesquisador e pesquisado.

Veremos, no caso paradigmático do fenômeno das falsas lembranças, a importância dessa ampliação teórica e epistemológica. Tal importância se evidencia quando verificamos que o processo cognitivo de lembrar, na sua inacurácia em relação a uma realidade preexistente, aponta para sua dimensão de experiência e performatividade.

O problema das falsas lembranças

O fenômeno das “falsas lembranças” (*false memories*) surgiu na psicologia nos últimos trinta anos no âmbito do que ficou conhecido como paradigma reconstrutivista da memória (Loftus & Ketchan, 1994). Segundo esse paradigma, a memória é entendida como uma série de construções e reconstruções que se dão nas três fases de aquisição, retenção e recuperação do dado (Neath, 1998).

O fenômeno estudado por Loftus colocou questões interessantes para problematizar a natureza da experiência subjetiva na pesquisa em psicologia. Nele, um sujeito tinha uma lembrança que, objetivamente, não correspondia ao que foi convenicionado como tendo acontecido. Inicialmente, esse fenômeno estudado pela pesquisadora americana Elisabeth Loftus foi designado “nova lembrança” (new memory) (Loftus & Hoffman, 1989). Posteriormente, a autora mudou de perspectiva e o designou como falsa lembrança (Loftus, 1997). A própria mudança de perspectiva da pesquisadora foi indicativa da problemática em torno desse fenômeno, relativa à discussão entre as duas estratégias, representacional e enativa.

Do ponto de vista da experiência subjetiva de lembrar, a nova lembrança, afirmaram Loftus e Hoffman (1989), tem a mesma velocidade de acesso e apresenta o mesmo grau de confiança, não diferindo, portanto, nesse aspecto, de uma lembrança dita verdadeira. Uma nova lembrança é, desse modo, uma lembrança experimentada como verdadeira, mas que não corresponde a um determinado evento passado.

O problema das novas lembranças implicou, então, dizer que construímos a nossa experiência passada. Nota-se que essa questão produziu problemas para funções sociais importantes, tais como a prática do testemunho, tanto no tribunal quanto fora dele, assim como a prática da promessa na vida cotidiana. Essa problemática tornou necessária uma mudança de perspectiva de Loftus ao cunhar o termo falsa lembrança. Com essa mudança de terminologia, a psicologia da cognição tenta manter o acordo social vigente em torno da função da memória: representar o passado. Como destacam David Middleton e Steven D. Brown (2006), “a ‘memória’ não deve ser considerada como uma função psicológica semelhante a qualquer outra. Ao contrário, ela é um locus crucial onde questões de identidade pessoal e de ordem social são negociadas” (p. 73).

A mudança de terminologia deve-se à “interpretação” que Loftus e Hoffman (1989) fazem das pesquisas sobre o efeito da desinformação. A desinformação é vista como um problema de prejuízo da memória de um evento original, sendo a sua produção em laboratório realizada através da organização dos estímulos (a variável independente manipulada em tais experimentos). Nos experimentos acerca da desinformação há, em geral, a apresentação de um evento original e, em seguida, a apresentação da desinformação acerca de algum item presente no evento original. Um exemplo é o experimento feito por Belli (1989), no qual se apresentou, por meio de uma sequência de slides fotográficos, uma cena de roubo num escritório. Após a exibição dos slides, os participantes do experimento leem uma

narrativa a respeito da cena, que contém informações enganosas (desinformações) a respeito de determinados itens presentes nos slides (designados itens críticos). Na sequência do protocolo de Belli, há testes, de evocação ou de reconhecimento, que procuram averiguar a lembrança dos participantes acerca desses itens críticos que foram desinformados. A natureza do evento original a ser lembrado, do estímulo distrator (que ocasionará a desinformação), o tempo de apresentação desse após o evento original, o tipo de testagem que será feita, tudo isso é controlado, buscando-se estudar as condições (estruturais) de produção da desinformação, que resultará na produção de uma falsa lembrança.

Contudo, segundo Loftus e Hoffman (1989), a alteração da memória não pode ser apenas inferida a partir da performance comportamental. O problema é que há outro modo de chegar aos mesmos resultados que não apenas pelo prejuízo da memória original: a desinformação pode interferir com nossa capacidade de acessar um item original, sem necessariamente alterá-lo. Mas os resultados dos experimentos não permitiram afirmar em definitivo quando é um caso, quando é outro. Isso levou Loftus e Hoffman a questionarem o que significa prejuízo de memória: “O que significa dizer que a memória foi prejudicada? São os traços de memória prejudicados, ou é nossa habilidade para alcançar aquelas memórias?” (Loftus & Hoffman, 1989, p. 101). A ideia de memória original retrata a memória como uma função representativa. Ainda assim, quando Loftus e Hoffman falam da “sugestão” (misinformation acceptance), chegam a recusar a própria existência de uma memória original a ser prejudicada, e é isso que é relevante para nós. Nesse caso, para os autores, parece não haver um referente para o lembrar, restando da memória apenas a experiência. A memória pode não estar vinculada a uma realidade passada, estando sempre sob as condições das relações presentes do sujeito que lembra. Sobre o efeito da desinformação, eles afirmam:

Ele não pode, é claro, dizer-nos qualquer coisa sobre prejuízo de memórias, mas, ele nos diz alguma coisa sobre a criação de novas memórias. Se a memória para uma chave de fenda surgisse através do processo de sugestão, mas, fosse subjetivamente tão real e tão vívida quanto uma memória que surgisse de uma verdadeira percepção de uma chave de fenda, nós acharíamos este fato importante tanto de uma perspectiva teórica quanto aplicada. (1989, p. 103, grifos nossos)

O problema que tal afirmação nos levou a colocar é o do lembrar como experiência. Porém, um problema foi deixado de fora por Loftus: qual é o estatuto da experiência mnêmica? No trecho citado fica claro que o estatuto da experiência mnêmica não é de representação do passado, e sim de invenção (ou, diríamos, enação). Esse problema, no entanto, não se colocou para Loftus,

porque em virtude dos propósitos de sua pesquisa ela se manteve ligada à função social da memória como representação do passado, à estratégia representacional e ao trabalho com a avaliação do resultado das condutas. A afirmação acima justifica a sua escolha pelo controle da produção do fenômeno mnêmico. A noção de desinformação só faz sentido do ponto de vista da representação. Por isso, na continuação do seu trabalho, a autora preferiu falar de falsas lembranças ao invés de novas lembranças.

Não é fortuito que num contexto como o norte-americano, no qual ganharam muito destaque jurídico e clínico as falsas lembranças de abuso sexual, houvesse uma demanda enorme pela busca de fatos e verdades. Sendo assim, essa mudança de terminologia não foi neutra nesse contexto, ao contrário, reforçou essa demanda ao denotar que a ênfase em seus estudos foi em direção não à experiência de lembrar em si mesma, mas sim à relação que essa experiência mantém com os “fatos”, isto é, com um referencial, negociado no coletivo, a que as lembranças devem se reportar. Esta inflexão na denominação do fenômeno indica que o mais importante em seu trabalho é investigar a capacidade da lembrança de representar uma objetividade (a objetividade do fato a ser lembrado). Tal importância se coloca de forma mais evidente nas questões às quais Loftus se dedicou a estudar: o relato de testemunhas em casos de julgamento e os relatos de abuso sexual que surgiam em terapias. Em ambas situações, embora haja um testemunho verdadeiro (isto é, aquele que o relata diz a verdade a respeito de sua experiência de lembrar), nem sempre este testemunho é confirmado pelos fatos reconhecidos publicamente.

Enquanto interessada nas questões relativas ao tribunal, Loftus esteve comprometida com a averiguação da verdade ou falsidade dos depoimentos a fim de fornecer dados que instrumentalizem uma decisão judicial. Esse propósito tornou justificável a mudança da terminologia para designação dessa experiência subjetiva do lembrar. Entretanto, tal mudança segue o pressuposto e a aposta na capacidade de representação da objetividade dos fatos pela lembrança. Notou-se que a experiência vivida como lembrança pode levar ao questionamento a respeito de seu surgimento (esta experiência é mnêmica?) tanto quanto o da sua adequação a um suposto fato passado que ela representaria (esta lembrança é verdadeira?). A discussão da experiência mnêmica foi sobrepujada pela questão da acurácia. Ora, além da demanda do tribunal, que se refere ao fato passado (supostamente representado), deve-se levar em consideração também aquilo que se põe como experiência (presente) para o indivíduo que lembra. Assim, ainda que do ponto de vista da demanda do tribunal essa mudança de perspectiva possa ser justificada, do ponto

de vista da experiência subjetiva ela se mostra como um retrocesso posto que passou a ser menos enfatizado em favor do estudo da acurácia e do controle da atividade da memória. Nesse sentido, há uma restrição no sentido da experiência mnêmica: só é considerada lembrança aquilo que pode representar o passado.

Em um artigo de 1997, Loftus descreveu a experiência de uma mulher que, durante uma terapia, veio a desenvolver lembranças de ter sido abusada pelo pai por volta dos 14 anos e de ter, inclusive, engravidado e abortado duas vezes. O pai, depois que esses relatos se tornaram públicos, teve que renunciar ao seu posto de clérigo da igreja da cidade. Exames médicos posteriores “provaram” que, aos 22 anos de idade, a mulher em questão ainda era virgem e nunca tinha engravidado. No mesmo artigo, foram descritas também situações experimentais em que são implantadas em adultos memórias de eventos infantis que de “fato” nunca aconteceram na infância. Apesar dessas “provas” de que a lembrança não correspondia aos “fatos”, os sujeitos muitas vezes não conseguiam alterar sua crença.

Notemos que, nesse artigo, os verbos utilizados pela autora para descrever as situações de falsa lembrança são “tornar-se convencida” e “acreditar”. Destacamos, a partir de tais expressões, o caráter performativo de tais lembranças. Aquele que lembra aparece através de um ponto de vista particular que emerge com o lembrar. Assim, o ponto de vista da experiência daquele que se lembra de um abuso faz aparecer um sujeito que se vê como abusado e que designa um outro como autor do abuso. Essa lembrança efetivamente transforma a história pessoal do sujeito e o que ele toma como sendo o mundo e ele mesmo. O caráter criativo dessa experiência de lembrar não está apenas em seu processo de constituição, mas, sobretudo, nos seus efeitos, ou seja, no fato de que expressa a criação do próprio sujeito que lembra e do mundo no qual ele se insere. O sujeito é efeito da experiência.

Uma das críticas feitas ao trabalho de Loftus é relativa ao fato de sua hipótese explicativa acerca do fenômeno das falsas lembranças não poder ser refutada. Para os outros pesquisadores do campo, a hipótese reconstrutivista permite a descrição, mas não a predição do fenômeno estudado (Reyna & Lloyd, 1997). Entretanto, para Loftus, mais importante que poder explicar quais mecanismos estão em jogo no fenômeno das falsas lembranças é o fato de se poder produzi-las de forma regular (Loftus, 1997). A possibilidade da reprodução objetivamente verificável desse evento viabiliza um estudo acerca desse comportamento e, conseqüentemente, de seu controle.

No cenário atual, essa questão da acurácia ou dos erros da memória suscitou um debate para a questão das formas de abordagem da cognição pela psicologia. Para

os reconstrutivistas, os erros de memória são atribuídos a uma contínua integração das experiências vividas nas três fases do lembrar, enquanto a via privilegiada de acesso/controlado desse fenômeno é o comportamento. Por exemplo, ao narrar uma lembrança, esse comportamento de recuperação pode alterar a própria lembrança que estaria sendo expressa. Mas o psicólogo só tem acesso à lembrança através de uma resposta, por isso é obrigado a privilegiar o comportamento e sua adequação à realização da tarefa como meio de inferir o processamento da memória. Uma alternativa a essa perspectiva é a teoria do traço difuso (*fuzzy trace theory*), segundo a qual a memória é codificada de duas maneiras distintas, em representações *gist* (essenciais, relativas a um sentido geral) ou *verbatim* (referente a traços literais), e os erros acontecem, de um modo geral, pelas diferenças de funcionamento existentes entre essas formas de representação (Reyna & Lloyd, 1997). Notemos que é central nessa teoria o conceito de traço, isto é, a ideia de que os processos mnêmicos de retenção estão assentados em mecanismos neurológicos.

Mesmo retrocedendo em sua perspectiva ao formular a noção de falsa lembrança, Loftus ainda manteve a discussão da psicologia cognitiva interessada pelo estudo da subjetividade. A preocupação com a acurácia e o controle da memória não chegou a reificar o fenômeno mnêmico, como fizeram Reyna e Lloyd ao propor um método explicativo do funcionamento da memória a partir de uma nova teoria do traço que aponta para um neorreducionismo neural da subjetividade. Loftus, em certo sentido, retomou a estratégia behaviorista da caixa preta pela qual se pode afirmar: "se não posso explicar, produzo", mantendo no horizonte da teoria a dimensão subjetiva do fenômeno mnêmico.

Embora essas perspectivas apresentassem divergências em relação ao entendimento do que sejam as falsas lembranças, ambas as teorias convergiram em relação ao posicionamento tomado frente ao fenômeno. A proposição do fenômeno das falsas lembranças, referida à ideia de erro, apontou para falhas objetivas do sistema de memória no processo de recuperação e excluiu a experiência daquele que lembra, seja por pressupor a possibilidade de representação de um passado factual, ao qual a lembrança deve ser comparada, seja pela assunção da memória como um processamento automático, de direito inconsciente. Percebemos o debate atual como interessante para pensarmos a questão da experiência porque explicita um ponto de vista que, em prol da noção de acurácia, sistematicamente trata a experiência subjetiva de lembrar como um resto. A estratégia enativa retomou esse "resto", permitindo uma abordagem complementar que ressalte tanto a dimensão da experiência subjetiva quanto o caráter ético-político dos estudos da cognição.

O desenvolvimento do trabalho de Loftus é índice do emprego da estratégia representacional. Sob a perspectiva enativa, contudo, sua primeira formulação a respeito do fenômeno das "novas lembranças" permitiria a abordagem do problema da experiência subjetiva em si mesmo. Deixando de lado a questão do caráter de representação das lembranças, seria possível afirmar a produção de lembranças como constitutiva do próprio funcionamento da memória. A caracterização de determinadas lembranças como "novas" ou "verdadeiras" ganhou outro sentido: elas se produzem segundo um mesmo processo de constituição e, principalmente, não oferecem ao sujeito qualquer distinção em termos de sua experiência subjetiva. Malgrado esta igualdade do processo de constituição, as novas lembranças mudam claramente o estatuto do par sujeito-mundo, uma vez que o ato de lembrar performa a realidade, transformando-a, enquanto as lembranças supostamente verdadeiras contribuem para manter a realidade dada. Em última instância, todas as lembranças são "novas", porque todas elas são criadas. Assim, a memória é justamente criação de experiências que validam ou transformam o par sujeito-mundo. O problema social do tribunal e dos abusos sexuais demanda uma estratégia enativa tanto quanto uma estratégia representacional. É necessária uma representação do fato que garanta que um inocente não seja condenado, como é igualmente preciso que se levem em conta os efeitos éticos-políticos (de produção de si e de mundo) relativos à experiência de lembrar.

Nota

- * Este artigo está fundamentado no trabalho da pesquisa intitulada "O paradigma reconstrutivista da memória: um estudo comparativo das metodologias em primeira e terceira pessoa no domínio da Psicologia da Cognição", realizada no departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Agradecemos à leitura crítica e às contribuições do Professor Roberto de Oliveira Preu (GSI/UFF). Agências de Financiamento: FAPERJ; CAPES; CNPq.

Referências

- Anderson, J. R. (2004). *Psicologia cognitiva e suas implicações experimentais*. Rio de Janeiro: LTC Editora.
- Ashcraft, M. H. (1994). *Human memory and cognition*. New York: Harper Collins College Publishers.
- Baddeley, A. (1998). *Memoria humana: teoría y práctica*. Madrid: McGraw Hill.
- Belli, R. (1989). Influences of misleading postevents information: misinformation interference and acceptance. *Journal of Experimental Psychology: General*, 118(1), 72-85.
- Best, J. B. (1995). *Cognitive Psychology*. Los Angeles: West Publishing Company.
- Bovet, P. & Parnas, J. (1993). Schizophrenic delusions: A phenomenological approach. *Schizophrenia Bulletin*, 19(3), 579-597.

- Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Chung, M. C., Fulford, K. W. M., & Graham, G. (Eds.). (2006). *Reconceiving Schizophrenia*. Oxford: OUP.
- Depraz, N. (1999). The phenomenological reduction as práxis. *Journal of consciousness studies*, 6(2-3), 95-110.
- Depraz, N., Varela, F., & Vermersch, P. (2003). *On becoming aware*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co.
- Depraz, N., Varela, F., & Vermersch, P. (2006). A redução à prova da experiência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 58(1), 75-86.
- Despret, V. (2004). The body we care for: Figures of anthropo-zoo-genesis. *Body & Society*, 10(2-3), 111-134.
- Eirado, A. & Passos, E. (2004). A noção de autonomia e a dimensão do virtual. *Psicologia Em Estudos*, 9(1), 77-85.
- Kastrup, V. (1999). *A invenção de si e do mundo*. Campinas: Papirus.
- Kastrup, V., Tedesco, S., & Passos, E. (2008). *Políticas da cognição*. Porto Alegre: Sulina.
- Kraus, A. (1994). Phenomenological and criteriological diagnosis: Different or complementary? In J. Z. Sadler, O. P. Wiggins, & M. A. Schwartz (Eds.), *Philosophical perspectives on psychiatric diagnostic classification* (pp. 148-160). Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Kraus, A. (2003). How can the phenomenological-anthropological approach contribute to diagnosis and classification in psychiatry? In B. Fulford, K. Morris, J. Dadler, & G. Stanghellini (Ed.), *Nature and narrative. An introduction to the new philosophy of psychiatry* (pp. 199-216). Oxford: Oxford University Press.
- Leal, E. M., Serpa Jr., O. D., & Muñoz, N. M. (2007). A clínica da “disfunção social”: contribuições da psicopatologia do senso comum. In M. C. V. Couto & R. G. Martinez (Orgs.), *Saúde mental e saúde pública: questões para a agenda da Reforma Psiquiátrica* (pp. 69-99). Rio de Janeiro: FUJB/NUPPSAM/IPUB/UFRJ.
- Lenay, C., Gapenne, O., Hanne-ton, S., & Stewart, J. (1999). Perception et couplage sensori-moteur: expériences et discussion épistémologique. In A. Drogoul & J.A. Meyer (Eds.), *Intelligence Artificielle Située 99* (pp. 71-86). Paris: Hermes.
- Loftus, E. (1997). Creating false memories. *Scientific American*, 277, 70-75.
- Loftus, E. & Hoffman, H. G. (1989). Misinformation and memory: The creation of new memories. *Journal of Experimental Psychology: General*, 118(1), 100-104.
- Loftus, E. & Ketchan, K. (1994). *The myth of repressed memory*. New York: St. Martin's Griffin.
- Maturana, H. & Varela, F. (1995). *A árvore do conhecimento*. Campinas: Editorial Psy.
- Maturana, H. & Varela, F. (1997). *De máquinas e seres vivos*. Porto Alegre: ARTMED.
- Middleton, D. & Brown, S. D. (2006, maio/agosto). A psicologia social da experiência – a relevância da memória. *Pro-Posições*, 17(2), 71-97.
- Nagel, T. (1981). What is it like to be a bat? In D. Hofstadter & D. Dennett (Orgs.), *The Mind's I* (pp. 391-403). New York: Basic Books.
- Neath, Y. (1998). *Human memory: An introduction to research, data and theory*. New York: Brooks/Cole Publishing Company.
- Neisser, U. (1967). *Cognitive psychology*. New Jersey: Prentice-Hall Inc.
- Parnas J. (2003). Self and schizophrenia: A phenomenological perspective. In T. Kircher & A. S. David (Eds.), *The self in neuroscience and psychiatry* (pp. 217-241). Cambridge: Cambridge University Press.
- Parnas, J. & Bovet, P. (1991). Autism in schizophrenia revisited. *Comprehensive Psychiatry*, 32(1), 7-21.
- Parnas, J., Bovet, P., & Zahavi, D. (2002). Schizophrenic autism: Clinical phenomenology and pathogenetic implications. *World Psychiatry*, 1(3), 131-136.
- Passos, E. & Eirado, A. (2009). Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In E. Passos, V. Kastrup, & L. Escóssia (Orgs.), *Pistas do método da cartografia. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 109-130). Porto Alegre: Sulina.
- Petitmengin, C. (1999). The intuitive experience. *Journal of consciousness studies*, 6(2-3), 43-77.
- Petitmengin, C. (2006). L'énaction comme expérience vécue. *Intellectica*, 43, 85-92.
- Reyna, V. & Lloyd, F. (1997). Theories of false memory in children and adults. *Learning and Individual Differences*, 9(2), 95-123.
- Sass, L. A. & Parnas, J. (2003). Schizophrenia, consciousness and the self. *Schizophrenia Bulletin*, 29(3), 427-444.
- Sass, L. A. & Parnas, J. (2006). Explaining schizophrenia: The relevance of phenomenology. In M. C. Chung, B. Fulford, & G. Graham (Eds.), *Reconceiving schizophrenia* (pp. 63-95). Oxford: OUP.
- Serpa Jr., O. D. (2007). Subjetividade, valor e corporeidade: os desafios da psicopatologia. In J. F. Silva Filho (Org.), *Psicopatologia Hoje* (pp. 25-101). Rio de Janeiro: Contracapa.
- Thompson, E. (2004). Life and mind: From Autopoiesis to Neurophenomenology. A tribute to Francisco Varela. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 3, 381-398.
- Thompson, E., Lutz, A., & Cosmelli, D. (2005). Neurophenomenology: An introduction for neurophilosophers. In A. Brook & K. Akins (Eds.), *Cognition and the brain: The philosophy and neuroscience movement* (pp. 40-97). Cambridge: Cambridge University Press.
- Varela, F. (1988). *Conhecer: as ciências cognitivas tendências e perspectivas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Varela, F. (1989). *Autonomie et connaissance*. Paris: Seuil.
- Varela, F. (1991). Organism: A meshwork of selfless selves. In A. Tauber (Ed.), *Organism and the origins of self* (pp. 79-107). Netherlands: Kluwer.
- Varela, F. (1992). The reenchantment of the concrete. *Revista Zone*, 6, 320-338.
- Varela F. (1995). *Sobre a competência ética*. Lisboa: Edições 70.
- Varela, F. (1996). Neurophenomenology: A methodological remedy for the hard problem. *Journal of Consciousness Studies*, 3, 330-350.
- Varela, F. & Shear, J. (1999). First-person accounts: Why, what, and how. *Journal of Consciousness Studies*, 6(2-3), 1-14.
- Varela, F., Thompson, E., & Rosch, E. (2003). *A mente incorporada: ciências cognitivas e experiência humana*. Porto Alegre: ARTMED.
- Vermersch, P. (1994). *L'entretien d'explicitation*. Issy-les-Moulineaux: ESF Éditeur.
- Yun Dai, D. & Sternberg, R. (2004). *Motivacion, emotion, and cognition: Integrative perspectives on intellectual functioning and development*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

Recebido em: 2008-09-20
Revisão em: 21/04/2010
Aceite final em: 31/01/2010

André do Eirado Silva é Professor da graduação em Psicologia da UFF. Endereço para correspondência: Campus do Gragoatá, s/n, bloco O, sala 218, cep 24310-250.
E-mail: aeirado@gmail.com.

Eduardo Henrique Passos é Professor da graduação em Psicologia e do programa de pós-graduação em Psicologia da UFF.
Email: e.passos@superig.com.br

Carlos Vinícius de Assumpção Fernandes é Bolsista de iniciação científica UFF/FAPERJ.

Fernanda Rodrigues da Guia é Bolsista de iniciação científica UFF/FAPERJ.

Fernanda Ratto de Lima é Mestranda do programa de pós-graduação em Psicologia da UFF. Bolsista da CAPES.

Julia Florêncio Carvalho é Bolsista de iniciação científica UFF/FAPERJ.

Leticia Maria Renault de Barros é Mestranda do programa de pós-graduação em Psicologia da UFF. Bolsista da CAPES.

Christian Sade Vasconcelos é doutorando do programa de pós-graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da UFRJ. Bolsista do CNPq.

Como citar:

Silva, A. E., Passos, E. H., Fernandes, C. V. A., Guia, F. R., Lima, F. R., Carvalho, J. F. et al. (2010). Estratégias de pesquisa no estudo da cognição: o caso das falsas lembranças. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 84-94.